



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.290, DE 1997

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos aos idosos.

AUTOR: Deputado PAULO BORNHAUSEN

RELATOR: Deputado JOÃO MENDES

APENSOS: Projetos de Lei nºs 4.005, de 1997; 1.176, de 1999; 1.448, de 1999; e 2.425, de 2000

RELATÓRIO

De autoria do nobre Deputado Paulo Bornhausen, o Projeto de Lei em exame tem por intuito assegurar às pessoas com mais de 65 anos de idade o fornecimento gratuito de medicamentos de uso contínuo¹ de que necessitem, limitando o valor do benefício ao máximo de 60% do menor salário de aposentadoria.

Pela proposição em comento, o fornecimento dos medicamentos, estaria a cargo do Sistema Único de Saúde - SUS, financiado com recursos do Fundo Nacional de Saúde, que os repassaria diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, na razão *per capita* dos beneficiários. A responsabilidade pela identificação e cadastramento dos idosos com direito ao benefício caberia aos Conselhos Municipais de Saúde.

A proposição faculta ao poder Executivo estabelecer, na regulamentação da lei, faixas de renda para a habilitação dos beneficiários, a fim de adequar os gastos às disponibilidades orçamentárias.

Por tratarem de matérias conexas, foram apensadas ao referido projeto quatro outras proposições, conforme discriminadas a seguir:

I) **PL nº 4.005, de 1997**, do Deputado Neiva Moreira: insere dispositivo na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), com o propósito de atribuir ao Conselho Nacional de Assistência Social competência para fixar diretrizes na distribuição gratuita de remédios de uso contínuo aos idosos carentes.

II) **PL nº 1.176, de 1999**, do Deputado Pastor Jorge: prevê a concessão de trinta por cento de desconto, por parte dos comerciantes de medicamentos, na venda de remédios aos portadores de doenças crônicas e aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos, desde que tais medicamentos não sejam fornecidos pela rede pública.

¹ Medicamentos de uso contínuo são aqueles empregados no tratamento de doenças crônicas ou degenerativas, como é o caso dos utilizados no tratamento das doenças cardiovasculares, reumáticas e da diabetes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

III) **PL nº 1.448, de 1999**, do Deputado Oliveira Filho: institui a obrigatoriedade de as farmácias ou similares que componham uma rede concederem desconto de trinta por cento nas vendas de medicamentos para idosos acima de 65 anos; e

IV) **PL nº 2.425, de 2000**, do Deputado Lamartine Posella: inclui dispositivo na Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que trata da Política Nacional do Idoso, com o intuito de dar competência à área da saúde para estabelecer programa de distribuição gratuita de medicamentos aos idosos carentes.

Examinados pela Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, os projetos de lei em apreço – com exceção dos de nºs 1.176 e 1.448, de 1999, que tratam da concessão de desconto na venda dos medicamentos aos idosos –, foram aprovados na forma de Substitutivo com as seguintes modificações, em relação à proposição principal: a) não estabelecimento de valor máximo para a concessão do benefício, e b) habilitação no programa apenas de idosos com mais de 65 anos que percebam renda mensal de até um salário mínimo.

Encaminhadas a esta Comissão de Finanças e Tributação - CFT, tais proposições não foram objeto de emendas dentro do prazo regimental.

É o relatório.

VOTO

Conforme consignado na distribuição das proposições em comento, compete a esta Comissão se pronunciar somente quanto aos aspectos da adequação financeira e orçamentária, não lhe sendo cabível digressão de caráter meritório.

Da análise efetuada, ficou evidenciado que as proposições apensadas não acarretam impactos financeiro e orçamentário nas contas públicas da União. De fato, enquanto os PL's nºs 1.176 e 1.448, de 1999, tratam de descontos a serem concedidos por comerciantes farmacêuticos nas vendas de medicamentos a idosos, os de nºs 4.005, de 1997, e 2.425, de 2000 apenas atribuem competência a determinados entes da administração pública federal para traçar diretrizes e/ou estabelecer programa de fornecimento gratuito de medicamentos a idosos carentes. Tais proposições, *de per sí*, não criam dispêndios diretos ou indiretos nos Orçamentos da União. Dessa forma, à vista do que dispõe a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que "estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira",² entendemos que para tais projetos não sejam

² Dispõe o art. 9º de Norma Interna, aprovada pela CFT em 29.05.96, *in verbis*: "Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

cabíveis pronunciamentos desta Comissão quanto a sua compatibilidade ou adequação orçamentária ou financeira.

O mesmo já não ocorre, porém, com relação à proposição principal, PL nº 3.290, de 1997, e, por extensão, ao Substitutivo aprovado pela CSSF. Ao instituir no âmbito do SUS programa de fornecimento gratuito de medicamentos de uso contínuo a idosos, financiado com recursos do Fundo Nacional de Saúde, tal proposição aumenta os encargos da União, estando, portanto, sujeita ao exame de adequação orçamentária e financeira.

À luz do Plano Plurianual em vigor,³ verifica-se que a medida proposta, embora não contemplada no rol das ações aprovadas para o quadriênio 2001-2003, não apresenta incompatibilidade com as diretrizes, objetivos e metas ali traçados. Preocupações com a saúde da população – na qual, naturalmente, se inclui a dos idosos – encontram-se evidenciadas em diversos pontos do referido Plano, em perfeita sintonia com os ditames constitucionais estabelecidos, que têm como princípio fundamental a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Da mesma forma, em que pese à ação pretendida não integrar as metas e prioridades da administração pública federal para 2001 e 2002, não se pode afirmar existir incompatibilidade ou inadequação em relação às leis de diretrizes orçamentárias aprovadas para os citados exercícios.⁴ A não eleição de determinada ação como prioritária não constitui fator impeditivo para sua execução.

Quanto ao orçamento vigente,⁵ no entanto, não há como ignorar que a ação pretendida não está nele abrangida. Ou seja, não existe programação nem recursos específicos para fazer face às despesas que adviriam da sua aprovação.

Por outro lado, há implicações com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF⁶. Tendo em vista criar *despesas obrigatórias de caráter continuado*,⁷ a proposição fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, do referido diploma legal. Pelo § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado⁸ deverá ser instruído com a *estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes*. O § 2º, por sua vez, estabelece que tal ato deverá estar *acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes,*

³ PPA 2000-2003: Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000.

⁴ LDO 2001: Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000; LDO 2002: Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001.

⁵ LOA 2000: Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

⁶ Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

⁷ Na definição do art. 17 da LRF, “considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.”

⁸ Na definição do art. 17 da LRF, “considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. Ambas as exigências não estão sendo atendidas pela proposição em comento.

Em face do exposto, voto pela inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 3.290, de 1997, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família; e pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública das proposições apensas – Projetos de Lei nºs 4.005, de 1997; 1.176, de 1999; 1.448, de 1999; e 2.425, de 2000.

Sala da Comissão, em

Deputado **JOÃO MENDES**
RELATOR